

Título	Populismo tarifário e Argentina
Veículo	Folha de S. Paulo
Data	30 Jul 2007
Autor	Claudio J. D. Sales

Populismo tarifário e Argentina

Os argentinos, "protegidos" por tarifas congeladas, já pagam o maior preço de energia do mundo: a falta dela.

O BRASIL pode aprender com a crise energética argentina. Governo e reguladores têm a oportunidade de observar nosso vizinho e visualizar as consequências da bomba-relógio armada pelo populismo tarifário. E, desse ponto privilegiado de observação, defender, a despeito de oportunismos e ideologias, tarifas sustentáveis. Nem um centavo a mais nem um centavo a menos.

Em 2002, o então presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, congelou as tarifas de eletricidade. Em 2005, Kirchner, o novo presidente, declarou que "defenderia o consumidor com unhas e dentes" e manteve o congelamento para seus eleitores potenciais: consumidores residenciais.

O governo argentino evita a expressão "crise energética", mas a realidade impõe sua própria linguagem. O racionamento explícito infligido a 4.000 empresas locais evidencia a paralisação de investimentos gerada pelo populismo tarifário.

Entre 1995 e 2000, a expansão do sistema foi de 1.100 MW anuais. De 2001 a 2005, enquanto o consumo de energia saltou de 13.500 MW a 18.000 MW médios, a expansão do sistema despencou para 300 MW anuais. Ironicamente, consumidores residenciais, "protegidos" pelo desincentivo à economia gerado por tarifas congeladas, aumentaram seu consumo em 17% entre maio e junho de 2007.

O gás natural responde por 50% da matriz energética da Argentina. De 1993 a 2001, após a privatização do setor, a produção saltou de 70 milhões de metros cúbicos para 140 milhões de metros cúbicos diários. Novos investimentos mantiveram a relação entre reservas e produção ao redor dos 18 anos. Após 2002, com o populismo tarifário e o aumento da demanda na era pós-depressão, a relação entre reservas e produção caiu para sete anos.

Em setores de infra-estrutura auto-sustentáveis, sem subsídios ocultos, a tarifa é a única fonte de remuneração dos investimentos. Os setores de eletricidade e gás natural argentinos são controlados por empresas privadas, que, após o golpe do congelamento tarifário de 2002, revisaram suas estratégias de investimentos.

Serviços regulados compõem uma parte significativa da cesta de preços, e Kirchner tem incentivos para "segurar" a inflação: organizações independentes calculam, para este ano, números superiores a 14%.

Qualquer notícia de desequilíbrio macroeconômico ou de aumento tarifário teria influência negativa sobre a aprovação presidencial, na casa dos 60%.

O déficit argentino de 3.000 MW de eletricidade e 20 milhões de metros cúbicos diários de gás não diminuirá sem o abandono do populismo, o que não deve ocorrer antes de 28 de outubro, data em que Kirchner pretende eleger sua mulher como sucessora.

Iniciou-se em 2007 o segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras brasileiras de energia elétrica. A revisão tarifária acontece a cada quatro ou cinco anos e visa a reequilibrar o nível tarifário considerando fatores como ganhos de eficiência, variação de mercado e cenário econômico. As distribuidoras precisam investir mais de R\$ 3 bilhões anuais para atender ao crescimento de seus mercados com a qualidade exigida pelo Estado.

Realismo tarifário é o fator mais importante para a manutenção dos investimentos que viabilizam o crescimento econômico. Não queremos trilhar o caminho dos consumidores

argentinos, que, "protegidos" por tarifas congeladas, já estão pagando o maior preço de energia do mundo: o preço da falta de energia.

CLAUDIO J. D. SALES, 60, é presidente do Instituto Acende Brasil, que representa os principais investidores privados em energia.